

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº

DE 2011

(Do Sr. RUI PALMEIRA)

*Requer ao Ministro de Minas e Energia,
senhor Edison Lobão, informações sobre o
blecaute e sobre a interrupção no
fornecimento de energia elétrica ocorrido
em Alagoas de 3 de agosto de 2011*

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, senhor Edison Lobão, pedido de informações na forma abaixo relacionada, sobre o blecaute e sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica (popularmente chamada de apagão) ocorrido em Alagoas no dia 3 de agosto de 2011.

- I) Quais os motivos e quais as providências adotadas quando do blecaute e da interrupção no fornecimento de energia elétrica em Alagoas ocorrido no dia 3 de agosto de 2011;
- II) Quais medidas estão sendo adotadas para evitar novos incidentes análogos ao ocorrido em 3 de agosto de 2011;
- III) Quais os investimentos previstos e em execução na Eletrobras Distribuição Alagoas, quarta empresa que lamentavelmente mais pagou compensações em 2010 na região Nordeste do Brasil por descumprimento dos indicadores individuais de Duração de Interrupção por Unidade Consumidora (DIC), Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FIC) e Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora (DMIC) de energia elétrica.

JUSTIFICATIVAS

O crônico problema da falta de energia e dos famigerados apagões voltou a causar transtornos à população alagoana. Na noite de 3 de agosto de 2011 a cidade de Maceió e municípios no seu entorno como Marechal Deodoro, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Satuba e Barra de São Miguel foram atingidos pelo blecaute que durou de 19:52 às 20:42 horas.

Com esta queda abrupta no fornecimento, estima-se que quase 1 milhão entre os 3,1 milhões de habitantes de Alagoas ficaram sem energia elétrica. Estabelecimentos comerciais e educacionais fecharam as portas, imperou o caos no tráfego de veículos, organismos de segurança e saúde pública como delegacias e hospitais ficaram vulneráveis e desprotegidos.

Passadas quase 24 horas do apagão a empresa estatal Eletrobras Distribuição Alagoas, responsável pelo fornecimento de energia aos alagoanos, não apresentava explicação consistente para a sociedade acerca dos motivos do blecaute. Em seu site institucional, o www.ceal.com.br, a empresa expôs durante boa parte do dia 4 de agosto um sintético e evasivo comunicado à sociedade alagoana, o qual segue transscrito abaixo¹:

Eletrobras inicia inspeção no equipamento avariado
04/08/2011

A Eletrobras Distribuição Alagoas informa que ontem mesmo, iniciou a inspeção no equipamento que supostamente teria provocado a falta de energia em Maceió e região metropolitana. Nas análises preliminares foi verificado que não houve explosão no transformador de corrente e ainda está sendo identificado se de alguma forma ele contribuiu para o problema. O defeito interno na subestação do Tabuleiro do Martins instituiu-se no rompimento de uma conexão, resultando num curto-circuito. Os municípios afetados foram Maceió, Marechal Deodoro, Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e parte da Barra de São Miguel.

Claro que necessária se faz uma análise técnica cuidadosa a fim de se estabelecer as causas deste novo apagão. Mas, pela leitura, do texto, depreende-se que a Eletrobrás Distribuição Alagoas desconhece por completo qual fator pode ter acarretado prejuízos e danos a um terço da população de seu estado focal de atuação.

Causa assombro tamanha inércia e provoca inquietação tamanha inoperância. Se uma interrupção de tal monta, abrangência e duração no único serviço prestado pela empresa tem causa desconhecida e imensa dificuldade de detecção, que dizer dos micro apagões que atormentam, cotidianamente, os alagoanos e alagoanas?

¹ http://www.ceal.com.br/noticias_detalhe.aspx?codigo=439

Ademais, Senhor Presidente, um fato lamentável depõe de forma ainda mais contrária à reputação desta companhia de distribuição energética, a despeito do esforço e do trabalho de seus funcionários, vítimas também da falta de investimentos no setor público elétrico brasileiro.

Balanço consolidado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indica que no ano de 2010 Alagoas foi o quarto estado nordestino a receber mais recursos no ranking regional de compensações por falta de energia.

Informações sobre aporte de recursos em nosso estado de Alagoas devem ser sempre comemoradas, mas, neste caso específico, o dado sobre as compensações indicados pela ANEEL comprova o estado falimentar do setor elétrico alagoano no quesito distribuição. Não obstante contemos com importantes equipamentos de geração de energia hidroelétrica como é o caso da Hidroelétrica de Xingó, instalada em trecho do rio São Francisco do município alagoano de Piranhas.

Explica-se: tais recursos de compensações são pagos pelas empresas distribuidoras de energia elétrica em função do descumprimento dos indicadores individuais de Duração de Interrupção por Unidade Consumidora (DIC), Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FIC) e Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora (DMIC).

Desta forma, o estado mais lesado por interrupções no fornecimento é o que mais será compensado financeiramente pelas perdas sofridas. Neste cenário, Alagoas ser o quarto no ranking nordestino significa dizer, em aproximação, que temos o quarto pior fornecimento de energia da região Nordeste.

Registre-se que o estado que mais recebeu compensações na região foi a Bahia por parte da empresa distribuidora Coelba que resarciu seus consumidores em R\$ 25.872.319,24; o segundo colocado foi Pernambuco por meio da empresa CELPE que pagou R\$ 8.376.787,64 a seus consumidores; e o terceira foi a Paraíba com pagamentos de R\$ 5.237.573,72 pela empresa EPB.

Detalhe relevante é que a Coelba atende um público composto por 14 milhões de habitantes baianos, a Celpe atende a um conjunto de 8,8 milhões de cidadãos pernambucanos e EPB atua em um estado com 3,7 milhões de moradores.

Alagoas, com sua população de 3,1 milhões de pessoas, recebeu em 2010 o total de R\$ 5.112.178,64 em compensações por falta de energia.

Texto da ANEEL² informa como e porque são feitos estes pagamentos:

Os limites individuais de continuidade DIC, FIC e DMIC se tornaram mais exigentes desde 1º de janeiro de 2010, com a publicação da Resolução nº. 395/2009, que fez a revisão dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRODIST). O PRODIST normatiza o relacionamento entre as distribuidoras de energia elétrica e consumidores e geradores conectados aos sistemas de distribuição. Pela norma, as concessionárias de distribuição deixaram de pagar multa pelo descumprimento dos índices coletivos de continuidade (DEC e FEC). A partir daí, o montante devido pelas concessionárias de distribuição por transgressão dos indicadores individuais se tornou maior, sendo pago integralmente ao consumidor, que teve seu limite superado. A compensação deve ser creditada na fatura em até dois meses após o período de apuração (período de apuração é o mês onde ocorreram as interrupções).

Senhor presidente, não bastassem as constantes e cotidianas falhas no fornecimento de energia elétrica que penalizam os moradores de Maceió e dos outros 101 municípios alagoanos, e não bastassem os apagões que quase semestralmente prejudicam nosso desenvolvimento econômico, social e humano, Alagoas ainda ostenta a negativa posição de estar entre os quatro estados nordestinos onde o fornecimento de energia é mais interrompido e é menos freqüente.

Diante destes fatos lastimáveis solicito respeitosamente de Vossa Senhoria a acolhida e o prosseguimento cabível deste requerimento de informações.

**Rui Palmeira
Deputado Federal**

² http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=4147&id_area=90